


ENSINO, PESQUISA E OS DESAFIOS DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: uma análise propositiva desde o PPC de Pedagogia da UNEB - Campus VII - Senhor do Bonfim

TEACHING, RESEARCH AND THE CHALLENGES OF THE CURRICULARIZATION OF EXTENSION: propositive analysis on the Pedagogy Course Project from UNEB – Campus VII – Senhor do Bonfim

ENSEÑANZA, INVESTIGACIÓN Y LOS DESAFÍOS DE LA CURRICULARIZACIÓN DE LA EXTENSIÓN: un análisis propositivo desde el PPC de Pedagogía de la UNEB – Campus VII – Señor de Bonfim

Ivânia Paula Freitas de Souza Sena* 



Introdução

A reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia – PPC do Departamento de Educação - UNEB Campus VII, DEDC-VII, deu um importante passo na consolidação de uma concepção de currículo e formação docente, que reafirmam a indissociabilidade das três dimensões do processo formativo acadêmico: o ensino, a extensão e a pesquisa. Partimos do entendimento de que, são os objetivos e finalidades estabelecidos no PPC que determinam, no campo das intenções, do conteúdo e da forma, se essas três dimensões andarão mais próximas ou mais distantes, se elas serão mais ou menos articuladas.

O Curso de Pedagogia do DEDC VII, definiu que seu objetivo está voltado a garantir uma formação ampla e sólida dos/as pedagogos/as que atuarão nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, deixando expressas a Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Quilombola, a Educação

* Universidade do Estado da Bahia: Senhor do Bonfim.

de jovens e Adultos - EJA, a Educação Profissional, a Educação Especial e os processos de educação em espaços de privação de liberdade, além dos espaços não-escolares que são abarcados pela especificidade da área.

Desse modo, estabeleceu-se como intenção formativa constituir uma “articulação com as instituições de ensino e pesquisa, movimentos sociais, instituições governamentais e não governamentais, fóruns de educação, Colegiado Territorial do Piemonte Norte do Itapicuru – TIPNI e outros coletivos socioeducacionais” (UNEB, 2019, p. 15). Está afirmado no PPC, que o Colegiado de Pedagogia – COLPED, está comprometido com a garantia da articulação da universidade com a comunidade territorial através da participação dos professores e professoras, bem como estudantes, em espaços como o Colegiado Territorial do TIPNI, os Conselhos Municipais, prioritariamente, os de Educação e outros espaços engajados e com objetivos afins ao que se propõe no curso. Tais premissas tem com finalidade, “vincular a formação dos profissionais do magistério às demandas sociais pautadas na agenda do Desenvolvimento Territorial” (UNEB, 2019, p. 16).

Identificamos na nossa práxis coletiva, à luz dos objetivos traçados, que atuamos com base em dois eixos que reiteram ser necessário “disponibilizar aos estudantes, futuros professores(as) pedagogos(as), um “conjunto vasto de atividades que proporcionem a vivência de experiências que sejam colaborativas para uma formação profissional sólida, interdisciplinar e coerente com as demandas da realidade social.” (UNEB, 2019, p. 23). Os eixos que o olhar sobre a nossa práxis apontou, foram a) o reconhecimento da relação da educação com a sociedade e b) a relação da formação de professores com a Educação Básica.

São estes eixos que dão sustentação aos componentes curriculares do curso, ou seja, eles dizem qual lastro deve sustentar a organização do trabalho pedagógico. Assegura, dessa forma, o ensino (ênfatisando a importância dos fundamentos que compõem o conteúdo das disciplinas) e reconhece o papel colaborativo das ações de pesquisa e extensão no aprofundamento, atualização e ampliação dos conhecimentos, tendo em vista as demandas históricas socialmente apresentadas. Essa perspectiva traz à tona duas importantes concepções que são basilares para o curso. A primeira é a de que “a educação só pode ser compreendida na relação com as outras práticas sociais como a

cultura, a política, as religiões, as manifestações culturais, bem como, na compreensão das formas de organização social” (UNEB, 2019, p.23). A segunda é a concepção de currículo que vamos desdobrar adiante.

O objetivo desse ensaio é apresentar parte da organização curricular do novo Projeto de Curso de Pedagogia - PPC, em processo de implantação desde o ano de 2021, analisando seus avanços e as condições que desafiam sua consolidação, sobretudo quanto à efetivação da indissociabilidade ensino-pesquisa e extensão, tendo esta última atenção especial devido ao processo de curricularização, conforme demanda a Resolução CNE/CP n. 7/2018. A orientação metodológica que respalda as análises é o Materialismo Histórico Dialético, a partir das categorias realidade, contradição e possibilidades.

O Currículo no PPC– concepção, finalidade e forma

O currículo é entendido como um plano formativo constituído de três dimensões distintas, mas interarticuladas: o ensino, a pesquisa e a extensão. O ensino deve permitir a formação geral dos futuros professores(as)/pedagogos(as). A formação geral constitui-se do acesso aos conhecimentos historicamente acumulados, aqueles que são clássicos e, portanto, indispensáveis para a compreensão da profissão porque lhe dão sustentação e asseguram os fundamentos da área de formação.

Contudo, a dinâmica dos processos sociais explicita que, além dos fundamentos a partir dos saberes já acumulados, existe o desafio de compreender as múltiplas determinações sociais, as quais incluem os processos educativos, bem como, o campo de atuação profissional, o que requer ampliar experiências formativas que ultrapassem o ensino. Viana (2011, p. 57) lembra que “a atividade teórica proporciona um conhecimento indispensável para transformar a realidade, mas é certo reafirmar que a atividade teórica por si não transforma o mundo, ela transforma nossa visão ou concepção de mundo, mas não o modifica diretamente.” Tendo essa afirmativa como assertiva, a extensão desponta como a possibilidade de (re)conhecer a realidade social no seu movimento concreto, apreendendo dela, elementos que colocam para as dimensões do ensino e da pesquisa, novas e ou necessárias indagações.

O conteúdo do ensino apontado no PPC pautou-se nos princípios da base comum nacional para a formação inicial e continuada, conforme a Resolução CNE/CP, n. 02/2015, que prevê o que o processo formativo de professores deve garantir: sólida formação teórica e interdisciplinar; compromisso social e valorização do profissional da educação, além do fortalecimento da gestão democrática como parte da prática pedagógica e o diálogo do processo formativo. A base curricular do PPC encontra-se na dimensão do ensino e é composta por 36 componentes curriculares em formato de disciplinas, que representam 61% da carga horária total do curso.

A pesquisa aparece como forma de alcançar um entendimento mais aprofundado e ampliado da realidade. Ela vai nascer das contradições da realidade concreta, das lacunas às perguntas que o movimento histórico apresenta, das alterações contínuas da realidade e da curiosidade que o acesso aos conhecimentos acumulados e socializados nas disciplinas, vai promover ao longo do curso. Esse movimento dialético e questionador, próprio dos princípios e formas da construção do pensamento científico, portanto, princípio das formas de fazer pesquisa, faz com que o currículo ultrapasse o conhecimento já acumulado, estimulando a produção de novos conhecimentos, levando a práxis pedagógica a ultrapassar os muros da universidade.

Esse mesmo movimento é feito pelas atividades extensionistas, as quais também partem do desejo de alcançar outros espaços educativos e agregar outros saberes. Ao articular-se de forma orgânica com o já existente, com a realidade das comunidades, das instituições, dos movimentos sociais, a formação ganha sentido real concreto, podendo levar a uma atuação social/profissional mais consciente, consistente e transformadora.

Na matriz formativa deste PPC, os componentes curriculares estão agrupados em duas categorias: componentes de ensino e componentes diversificados. Os componentes curriculares de ensino, definem a base da formação dos pedagogos. Esta, por sua vez, é complementada e ampliada, na relação estabelecida com os componentes curriculares da pesquisa e da extensão, provocando, como indica a Resolução nº 2/2015, 'o trabalho coletivo como dinâmica político-pedagógica', assegurando o planejamento sistemático e integrado do processo formativo e uma formação interdisciplinar mais forte (UNEB, 2019, p. 31).

É dessa relação interdependente entre as três dimensões que o currículo pode assegurar uma formação comprometida com a sólida base teórica como

prevê a Resolução 02/2015, entendida no PPC, “como o conjunto dos conhecimentos essenciais da profissão, cuja construção ocorre na dialética que coloca em confronto dialógico, as práticas sociais, incluindo aí, a educação e o trabalho pedagógico” (UNEB, 2019, p. 22). Assim,

O Curso de Pedagogia no Campus VII se organiza a partir da compreensão de que é fundamental disponibilizar aos estudantes, um conjunto vasto de atividades que proporcionem a vivência de experiências que sejam colaborativas para uma formação profissional sólida, interdisciplinar e coerente com as demandas da realidade social. Desse modo, sua estrutura toma como base dois eixos: I) o reconhecimento da relação da educação com a sociedade e II) a relação da formação de professores com a educação básica (UNEB, 2019, p. 23).

Os dois eixos mencionados: I) o reconhecimento da relação da educação com a sociedade e II) a relação da formação de professores com a educação básica, reafirmam, portanto, que o currículo do PPC de Pedagogia está pautado na relação da educação com a sociedade (seu movimento e contradições) e no desvelamento de como essa relação atua, determinando os fins e as formas da educação. Como bem lembra Krupskaya (2017), “as questões da educação mudam de acordo com os objetivos da educação” e isso exige que os conhecimentos sejam sempre atualizados, acompanhando os desdobramentos, as necessidades do contexto histórico em que a práxis educativa se desenvolve, assegurando, contudo, que as atualizações ocorram numa perspectiva de compreender as determinações da realidade e se voltem para a superação das desigualdades e não para a sua manutenção.

Uma vez identificados os eixos e seu papel na concepção curricular, buscou-se um formato organizativo que consolidasse a unidade com essa concepção. Encontramos na proposição dos Fundamentos da Escola do Trabalho de Pistrak (2011), uma inspiração que nos parecia atender aos nossos objetivos. No ano de 2015, o COLPED ofertou um curso de Especialização em Educação do Campo que teve seu desenho desde o sistema de complexos temáticos. Essa experiência, analisada e avaliada pelos docentes que atuaram no curso, referendou voltarmos a esta estrutura de complexos de estudo, para pensar a licenciatura em Pedagogia no novo PPC.

Os complexos cumprem o papel de apresentar questões que estão na realidade social, a qual “será sempre ponto de partida e de chegada da formação profissional [...]” (UNEB, 2019, p. 23), reunindo

[...] indagações que desafiam refletir, elucidar e compreender a educação, tanto no âmbito das políticas públicas educacionais dentro dos sistemas de ensino (sua estrutura, organização, processos e finalidades), como nos demais espaços em que ela ocorre, a exemplo dos movimentos sociais, organizações políticas, culturais, de classe, religiosas entre outros. Além disso, os complexos de estudo também problematizam as relações sócio-históricas, políticas e culturais que constituem a dinâmica da sociedade, as quais atuam conjuntamente, na formação dos sujeitos, ainda que não aparentem uma relação direta com a educação e com a escola.

São quatro complexos que se estruturam em formato de uma ementa com perguntas em torno da temática em foco:

A Educação e suas determinações sociais: A Educação se constitui de contradições que precisam ser enfrentadas, compreendidas na relação com as contradições mais gerais da sociedade brasileira e mundial. O plano formativo do curso de pedagogia expõe este confronto entre concepções de educação que fortalecem as atuais formas de reprodução social e aquelas que se constituem no intuito de superação deste modelo, para construção de uma sociedade justa e igualitária. Qual é efetivamente o papel essencial da educação e da escola? Como ela se articula com a reprodução da sociedade? Como estas determinações implicam na docência, no trabalho escolar, na definição das políticas, nos resultados educacionais, na cultura, na organização social?

A organização do trabalho pedagógico na educação básica: O projeto político-pedagógico da escola como conjunto de intenções educativas, é a identidade da escola, no sentido de que nele se expressam seu papel social e sob quais concepções de sujeitos, sociedade e educação, organiza seus processos formativos. Tais definições, exigem clareza do marco teórico-legal no qual estas concepções se assentam. Quanto mais claros os fundamentos que regem a educação e a prática pedagógica, mais se estabelece uma coerência entre os objetivos da escola e a organização do trabalho pedagógico, que articula todas as dimensões da atividade escolar. Quais conhecimentos científicos, filosóficos, artísticos, sociológicos, culturais, antropológicos e linguísticos são necessários para a organização do trabalho pedagógico? Quais concepções de educação estão presentes nas instituições de educação básica do território? Quais as aproximações e distanciamentos entre o projeto da escola e a prática-pedagógica escolar? Quais sentidos ocupa o projeto político-pedagógico nas escolas de educação básica do território? Qual o lugar e concepção de infância, adolescência e juventude? Como o universo sociocultural dos adultos e idosos se faz presente ou ausente nas escolas de educação básica? Como o currículo expressa as concepções de educação presentes nas escolas? Como o trabalho pedagógico

se articula com a dimensão da formação continuada de professores? Como os processos de avaliação se efetivam e definem o trabalho pedagógico e a prática docente? Quais as relações do trabalho pedagógico com as formas e diretrizes de gestão da educação e da escola?

A Educação para fortalecimento dos valores e direitos humanos: Há projetos educativos e pedagógicos em confronto na atualidade, porque há projetos de sociedade e de humanidade que também estão em disputa. No confronto de tais projetos, volta-se o olhar para a violação dos direitos humanos, que representa, em si, uma forma de instauração de um projeto social distanciado do bem comum, dos princípios do estado democrático de direito, de uma forma de sociabilidade justa, na qual homens e mulheres vivenciam relações igualitárias, onde a pobreza, as desigualdades e a barbárie, não sejam vistas de modo naturalizado e as lutas sociais pela efetivação e conquista de direitos, não sejam criminalizadas. O que representa a discussão de gênero e diversidade sexual nas escolas? O que significa reconhecer, valorizar e difundir a cultura e a história dos quilombolas, indígenas, camponeses, dos povos ciganos e de terreiro, nos processos educativos escolares e não-escolares? Qual a relação das políticas afirmativas, dos projetos socioeducativos, da ampliação do tempo escolar, das políticas de segurança alimentar, transporte escolar, dos processos de gestão democrática; de acesso às tecnologias da informação e comunicação; de avaliação e de produção de material didático-pedagógico com o fortalecimento dos valores e direitos humanos?

Processos formativos como práticas emancipatórias: A educação vinculada à cultura, a identidade e aos modos de organização social, presentes nos distintos coletivos do campo e da cidade, como prática escolar e não escolar vivida nos movimentos e organizações sociais, nos processos de trabalho, na cultura, nas lutas sociais e nos sujeitos concretos, supõe uma determinada concepção de educação, que considera a materialidade da vida e as contradições da realidade como base da construção de um projeto educativo, visando a uma formação emancipatória. Onde se formam os sujeitos sociais? Como as crianças, jovens e adultos se educam? Quais os conteúdos e formas da educação em espaços institucionais, escolares e não escolares? Como os processos educativos não escolares influenciam a educação escolar e vice versa? (UNEB, 2019, p. 24).

Os complexos de estudo são uma possibilidade de superar a fragmentação dos processos formativos, construindo uma abordagem integral e integrada mais consistente, em torno da educação e da formação de professores(as). Os complexos podem ser vistos como o ponto de convergência entre as dimensões do ensino, pesquisa e extensão. As problemáticas sinalizam que a

pesquisa e a extensão assumem a tarefa de ampliar as experiências formativas dos(as) estudantes desde a realidade social concreta, tendo o Território, as questões da atualidade como ponto de partida e de chegada da práxis docente. Vale esclarecer, à luz de Caldart (2023, p. 131), que

A atualidade se refere fundamentalmente às contradições que movem a realidade social em determinado momento histórico e que precisam ser analisadas nas relações entre sua expressão mais geral e sua realização prática na realidade particular sobre a qual incidirá o trabalho educativo concreto.

A observação de Caldart é relevante para afirmar que a compreensão da educação e de suas formas organizativas no processo escolar só é possível quando analisadas desde os traços mais gerais, como a “cultura política que se tornou hegemônica no mundo e seus principais efeitos sobre ideias, sentimentos, valores e ações, especialmente da juventude” (Caldart, 2023, p. 132), sobretudo no contexto de ascensão das reformas neoliberais, atualmente expressadas pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC e pela BNC-Formação (Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020).

O trabalho pedagógico que tem os complexos como organização curricular é concretizado quando há uma unidade na finalidade da formação. Ele exige ação coletiva, com intencionalidade política de formar para emancipação humana, ou seja, para romper com as atuais formas de organização social. Vale ressaltar, com isso, que o trabalho pedagógico coletivo, colaborativo, integrado e voltado a compreender as contradições que movem a realidade social, comprometido com a socialização do conhecimento como forma de humanização, não condiz com os princípios orientadores e vigentes na sociedade capitalista, que tem na sua base a propriedade privada dos meios de produção da vida, com base na exploração, subordinação e coerção. Para Félix, Moreira e Santos (2007, p. 223),

O estudo do complexo demanda um esforço intelectual e de planejamento por parte dos professores na busca por compreender e ensinar o movimento (dialético) da produção do conhecimento como algo socialmente construído e que precisa ser transmitido aos estudantes. Esta transmissão não é o despejar de conteúdos de forma alienada, mas a obrigatoriedade da escola e do professor em ensinar, em transmitir saberes a seus alunos e ajudá-los a ter autonomia teórico-prática.

Os valores vigentes na sociedade do capital operam diretamente nas relações sociais a partir do estímulo ao individualismo, à concorrência e a meritocracia, o que desafia construções coletivas a partir das necessidades essenciais das classes populares, as quais se encontram subordinadas pelo trabalho precarizado, que amplia e fortalece as desigualdades socioeconômicas. É nesse contexto real/concreto, que a educação ocorre e impõe à formação de professores(as) uma perspectiva de tomada de posição sobre o papel da escola na afirmação ou superação dessa realidade.

Na formação escolar proposta no desenho curricular do curso de Pedagogia do Campus VII, há uma posição de que os conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos são instrumentos/condições, tanto para interpretação/compreensão da realidade, como para sua intervenção numa perspectiva superadora do atual modo social vigente. A formação profissional, sobretudo a de professores(as), é, como ressalta Martins (2010, p. 14) “uma trajetória de formação de indivíduos, intencionalmente planejada, para a efetivação de determinada prática social”.

No que concerne ao ensino, o PPC aponta na sua matriz de conhecimentos, novos desenhos de disciplinas e referenciais teóricos (numa perspectiva crítico-superadora) que lançam dois desafios imediatos. Tendo em vista o compromisso explicitado no PPC, de inclusão das populações subalternizadas, o primeiro desafio que se coloca é o de inserir na base dos conteúdos destes componentes, conhecimentos historicamente negados ou invisibilizados no currículo da formação de professores(as) pedagogos(as), enxergando-os não como conteúdo de uma única disciplina, mas como um conhecimento que atravessa a base da formação.

Para melhor compreender esse argumento, trazemos como exemplo, a organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo multisseriadas, as quais correspondem a mais de 60% das escolas de anos iniciais do campo, em todo o país e tem significativa presença no Território Piemonte Norte do Itapicuru - TIPNI. Essa forma de organização do ensino tem múltiplos desenhos escolares, devendo, portanto, perpassar vários componentes como Educação do Campo, Trabalho Pedagógico nos Anos Iniciais, Estágio Supervisionado, Coordenação Pedagógica, Gestão Escolar, Didática, Educação Inclusiva, Infância e Educação; ou seja, os professores(as), têm a tarefa de se apropriarem

coletivamente de um conteúdo que é basilar na formação de pedagogos(as), uma vez que são esses(as) os(as) profissionais que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental e nestas escolas, que têm sido historicamente invisibilizadas.

A concepção de pesquisa e extensão: avançando, alterando a lógica e assumindo novos desafios

Ao definir que a formação de professores(as) pedagogos(as), deve ocorrer na relação com as questões que atravessam a realidade sociocultural, ambiental, política do Território, o PPC aponta para a pesquisa e para a extensão, papéis mais claros. Para a pesquisa, está sinalizada a necessidade de se sustentar em teorias do conhecimento que levem em consideração a relação entre educação e sociedade. O pressuposto é que ambas (pesquisa e extensão) são formas de entendimento e atuação na realidade social, buscando desse modo, superar as abordagens teórico-metodológicas que isolam os fenômenos educativos das outras práticas sociais, “evitando identificar seus determinantes socioeconômicos, supostamente externos ao fenômeno educativo” (Sánchez Gamboa, 2007, p. 132) e/ ou, aquelas que fazem a crítica à sociedade e colocam a educação e a escola, como agentes sociais que apenas reproduzem a lógica vigente. As concepções teóricas orientadoras da práxis formativa no PPC, portanto, as bases epistemológicas e ontológicas que estão implícitas nesta forma organizativa e seus desdobramentos, são um ponto de inflexão e um grande desafio para a práxis formativa proposta para o curso de Pedagogia.

O PPC indica ser necessário avançar na dimensão da pesquisa, sobretudo, em projetos de Iniciação Científica (IC), individuais e coletivos, que colaborem para que os(as) estudantes avancem na compreensão dos pressupostos ontológicos e epistemológicos envolvidos na prática da pesquisa em educação. A ausência de projetos de IC e poucos projetos de pesquisa em andamento, apontam uma fragilidade a ser superada.

No que diz respeito à extensão, a revisão do PPC coincidiu com a tarefa de concretizar a curricularização da extensão conforme Resolução do

CONSEPE, nº 2.018/2019¹. A extensão sempre foi uma dimensão presente nas ações do Colegiado de Pedagogia. A relação com o TIPNI, levou-nos, ao longo dos anos, ao entendimento de que não fazemos extensão *para* a comunidade, mas *com* a comunidade, uma vez que é na realidade concreta que estão as demandas da educação e, portanto, da formação dos professores e professoras pedagogos(as). Nesse sentido, reafirmamos que é a realidade social quem determina a educação e, portanto, a escola, a práxis educativa não podem ser compreendidas, explicadas e ou alteradas, fora da relação com as outras práticas sociais.

Essa clareza de percurso e de finalidade, faz ultrapassar a perspectiva da extensão como uma via de mão única, em que a universidade vai à comunidade para ensinar, informar, desenvolver algo de dentro para fora, sem que isso implique numa relação de envolvimento, de construção de aprendizagens mútuas e de compromissos coletivos com a comunidade. Essa visão alargada que estamos construindo, reafirma o princípio posto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação que aponta caber à extensão, difundir na comunidade “as conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (Lei 9394/1996, art. 43).

O desenho da extensão no PPC de Pedagogia alinha-se, ainda, ao postulado na Resolução do CONSEPE, nº 2.018/2019, em que a extensão é compreendida como “parte do percurso acadêmico dos discentes, possibilitando-lhes autonomia e protagonismo para que experimentem uma formação acadêmica integral, interdisciplinar e indissociável entre ensino, pesquisa” (art. 2º). A extensão no PPC, é guiada pelo entendimento de que é na ação extensionista, que a universidade se encontra, se envolve com a comunidade para integrar o movimento próprio de suas formas organizativas, trazendo a realidade social para repensar, ampliar os objetivos, o conteúdo e a forma da universidade, do espaço acadêmico, da formação profissional. Isso se confirma na atuação constante de membros do colegiado nos Conselhos Municipais, nas instituições colegiadas territoriais, nas ações coletivas realizadas juntamente com os movimentos e organizações sociais, nas atividades/projetos de formação continuada junto às escolas e redes de ensino, na participação

¹ Resolução que trata da regulamentação das ações de curricularização da extensão nos cursos de graduação e pós-graduação da UNEB.

em redes, fóruns e outros espaços de construção coletiva onde há reciprocidade de aprendizagens.

Diante dessa premissa, o PPC prevê a constituição ou melhor, a reunião das atividades/ações extensionistas a partir do Núcleo de formação pela extensão – NUFE, cujo objetivo é

fortalecer a prática pedagógica, estreitando a relação dos discentes com a prática pedagógica nos mais diversos espaços educativos onde o pedagogo atua e da Universidade com outras instâncias sociais, sobretudo, as organizações, movimentos sociais, as instituições de Educação de Ensino Superior e aquelas que atuam na área de extensão comunitária no Território (UNEB, 2019, p. 44).

A Resolução CONSEPE/UNEB, 2.018/2019 prevê que 10% da carga horária do curso, constante do histórico formativo dos estudantes, sejam vivenciadas na extensão. Buscando formas de atender a este requisito, o NUFE mobiliza suas ações de duas formas: a) articulando a extensão à prática pedagógica (225 horas) e b) com oferta semestral de atividades extensionistas ampliadas (125 horas), devidamente articuladas aos objetivos deste PPC” (UNEB, 2019, p. 46).

O NUFE foi uma forma que o Colegiado encontrou para assumir coletivamente a responsabilidade pela oferta de ações/atividades extensionistas, de modo que os estudantes possam alcançar a carga horária exigida para sua integralização curricular. Ou seja, há que se viabilizar que ações de extensão sejam ofertadas de forma permanente pelo Colegiado, requerendo que os/as professores (individual e coletivamente) se comprometam em formular proposições de projetos e ou atividades extensionistas, em consonância com as demandas sinalizadas pelo PPC e que elas tenham condições (no seu conjunto) de envolver o maior número possível de estudantes.

A obrigatoriedade de que os estudantes tenham 10% de sua formação pela extensão traz a necessidade de se ter tempo-espaco e condições concretas para seu desdobramento. Mas, a realidade das nossas práxis nos impele a questionar quais são as condições concretas para assegurar as ações de extensão (que tem múltiplas modalidades), que permitam uma ampla participação estudantil, considerando que não é possível garanti-la de forma homogênea (dentro de um molde de tempo-espaco-forma únicos).

Há que se destacar, que a extensão está intimamente relacionada a condicionantes que devem ser considerados no processo de curricularização e que são desafios urgentes. Primeiramente, o contexto geográfico onde a universidade se insere. No caso do Campus VII, a origem dos(as) estudantes mostra que, embora a UNEB esteja situada geograficamente no município de Senhor do Bonfim, seu alcance é territorial e até mesmo para além do território. No curso de Pedagogia, a maior parte dos(as) estudantes reside nas comunidades do campo dos vários municípios do Território e precisam fazer o percurso casa-universidade diariamente.

As condições de moradia e de acesso, de deslocamento, mostram que estes estudantes só podem estar na universidade, no horário das aulas. Uma minoria tem condições de residir no município de Senhor do Bonfim ou sair de sua comunidade e residir na cidade. Isto posto, lançamos algumas questões: a) como desenvolver a extensão nestas condições? b) como manter a relação dos estudantes com a comunidade externa, envolvê-los em outras práticas (dentro e fora da universidade), se a carga horária do curso (para os estudantes) é desenhada (e distribuída no tempo-espço) com exclusividade para atender ao ensino? c) Qual o tempo-espço e condições efetivas, precisam ser criados, dentro do cronograma dos oito semestres, tempo previsto para a integralização curricular, para os(as) estudantes participarem da extensão? Na estrutura de organização atual da carga horária do curso e a sua forma e distribuição nos semestres, é possível garantir a extensão como uma dimensão formativa devidamente curricularizada?

Se analisarmos os editais de extensão (uma forma relevante para impulsionar as ações), verificaremos que há um baixíssimo número de vagas disponíveis para bolsistas. No geral, é destinada somente uma vaga de monitoria para cada projeto proposto. Com apenas uma bolsa ofertada (e para monitoria) impõe-se um tipo de ação extensionista que limita as formas de participação dos estudantes na ação desenvolvida, deixando-os, muitas vezes, estritos a auxiliar os(as) professores(as) nas questões operacionais. Além do mais, nem sempre os projetos/ações e ou atividades de extensão encontram o suporte institucional mínimo necessário, quanto ao material, ao deslocamento e outras necessidades que as ações demandam.

A ausência de estrutura faz com que as atividades de extensão sejam tratadas como de cunho pessoal, no âmbito da boa vontade/militância do(a)

professor(a) que as desenvolvem, desresponsabilizando a instituição de dar as condições para seu desenvolvimento. O resultado aparente dessa contradição é que não há o devido valor e visibilidade a essa dimensão do processo formativo (a extensão), desestimulando os professores e professoras a darem continuidade às ações. A pergunta final é, portanto: não tendo a extensão o suporte e as condições necessárias e, faltar aos estudantes a estrutura pedagógica, logística e financeira, para estarem em outros tempos/formas e condições na universidade (e fora dela), é possível garantir a curricularização?

Alguns cursos optaram por curricularizar a extensão em outro formato. Partindo das possibilidades abertas pela própria Resolução CONSEPE/UNEB, 2.018/2019, diminuíram a carga horária de ensino, em determinados componentes curriculares, destinando a fração retirada, para o que deveria ser a extensão. No PPC de Pedagogia, não concebemos essas ações como extensão, mas como metodologia de trabalho do componente de ensino, que pode acontecer fora da sala de aula ou da universidade. Partimos do pressuposto que ensino, pesquisa e extensão são dimensões que se relacionam na organização curricular, mas têm natureza, forma e objetivos diferentes e por isso se distinguem. A relevância das três dimensões na formação, é exatamente por elas possuírem natureza distinta, sem que uma substitua a outra, elas atuam de forma complementar, alargando as possibilidades educativas/formativas. Retirar parte da carga horária de ensino para essa suposta extensão, é negligenciar a relevância dessa dimensão, cuja base são os conhecimentos clássicos, fundamentais no processo de constituição profissional.

Conclusões propositivas

O ensaio deu destaque às possibilidades e desafios de concretização do princípio de indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão na formação de professores e professoras, pedagogos e pedagogas, tomando como análise, o PPC de pedagogia da UNEB - Campus VII. Destacamos a estrutura da proposta do PPC e algumas questões concretas que a práxis aponta, sobretudo, para a curricularização da extensão.

Avaliamos que o desenho do PPC de Pedagogia traz questões fundamentais para avançar na perspectiva da formação de professores(as) pedagogos(as)

socialmente referenciada. O reconhecimento de que o ensino, a pesquisa e a extensão são componentes curriculares, portanto, dimensões interdependentes no percurso formativo, é um passo largo, pois dá aos três componentes a mesma relevância, sem deixar de reconhecer suas especificidades quanto ao conteúdo, à forma e à sua natureza.

No tocante à dimensão da extensão, o PPC destaca a necessidade de projetos coletivos que agreguem não apenas um número maior de discentes, mas de docentes, pois as vivências de projetos e ações nesse formato mostram que são proposições potentes e com resultados mais sólidos. Como provocação e, ao mesmo tempo, como uma proposição diante do que foi sinalizado ao longo do texto, faz-se necessário que se inclua no planejamento semestral, além das proposições coletivas de projetos de pesquisa e extensão nos Planos Individuais de Trabalho (PIT) dos professores(as), um calendário unificado de ações de pesquisa, extensão, acadêmico-científico-culturais – AACC, realizadas pelo Colegiado, dando unidade e organicidade às ações, permitindo que os(as) estudantes as compreendam como parte do currículo da sua formação.

Dissemos anteriormente que a maior parte dos estudantes só pode estar no departamento no período das aulas. Quando as atividades acadêmico-científico-culturais e mesmo as de extensão, ocorrem em horário compatível com as possibilidades destes estudantes, eles encontram como barreira, a alegação dos professores(as) de que não podem liberá-los para as atividades, sob o argumento de comprometimento da carga horária de ensino. Mas, pela diversidade da extensão, esses horários nem sempre condizem com os projetos em curso.

Essa dificuldade ocorre porque a extensão não tem tempo concreto previsto no cronograma semanal/semestral, na distribuição da carga horária para os(as) estudantes. Contudo, o mesmo problema não se dá quanto à carga horária dos(as) professores (as) já que, no PIT há uma pequena (mas existe) quantidade de horas previstas para a extensão (bem como para a pesquisa). Então, onde encaixar concretamente a extensão para que os (as) estudantes possam acessá-la?

O planejamento coletivo, através da organização de um calendário de ações que explicita como e onde as atividades acontecerão, são instrumentos que facilitam encontrar uma saída. Dentre as possibilidades, está a de que,

quando as atividades de ensino estiverem planejadas (mesmo que isso não seja possível a todas) para ocorrerem no horário das aulas, a carga horária de ensino relativa aqueles dias, poderia ser “reposta” de modo remoto. Ou seja, aquelas atividades de extensão que foram desenvolvidas no mesmo horário das aulas (ensino), contabilizariam como carga horária de extensão para os(as) professores envolvidos. Isso quer dizer que a substituição da aula presencial para a remota, dentro desse planejamento, não contaria como algo extra aos professores, ou uma discrepância, uma vez que, o que se estaria fazendo, seria ampliar/diversificar o tempo-espacos de ensino (lançando mão das tecnologias), para que os estudantes possam alcançar, ao longo do curso, os 10% de participação em atividade extensionista exigidas para sua integralização curricular. Essa medida não resolve a problemática na sua inteireza, mas poderia ser um caminho possível de maiores possibilidades.

As questões aqui refletidas, indagadas e sinalizadas, dizem que há muitos elementos a serem melhor observados para que possamos fortalecer a indissociabilidade entre as três dimensões curriculares da formação de professores(as) pedagogos(as). A curricularização da extensão evidencia que sua natureza não permite ser tratada apenas sob o aspecto da obrigatoriedade de um percentual de participação dos estudantes, mas requer estrutura, condições concretas que vão desde o financiamento, incluindo concessão de um maior número de bolsas e, sobretudo, de revisão/ampliação e ou diversificação/distribuição da carga horária concreta dos cursos, dentro dos semestres. Sem carga horária para os(as) estudantes, programadas coletivamente nos turnos em que os cursos funcionam, não há como curricularizar a extensão de forma plena.

ENSINO, PESQUISA E OS DESAFIOS DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: uma análise propositiva desde o PPC de Pedagogia da UNEB - Campus VII - Senhor do Bonfim

Resumo: O presente trabalho busca analisar a proposta de curricularização da extensão no projeto pedagógico do curso (PPC) de licenciatura em Pedagogia do Departamento de Educação do Campus VII, Senhor do Bonfim, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Considerando as experiências construídas desde o início da implantação do PPC, no ano de 2021, são apontados os principais desafios encontrados por docentes e discentes no processo de consolidação de uma proposta formativa que considera o ensino, a pesquisa e a extensão como dimensões indissociáveis no processo de formação acadêmica. Por outro lado, também são sinalizadas proposições para superar os desafios até então encontrados no processo de curricularização da

extensão, sugerindo caminhos a serem construídos institucionalmente de modo a garantir a participação plena dos sujeitos nos projetos, atividades e ações que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão.

Palavra-chave: curricularização da extensão; extensão universitária; formação acadêmica.

TEACHING, RESEARCH AND THE CHALLENGES OF THE CURRICULARIZATION OF EXTENSION: **propositive analysis on the Pedagogy Course Project from UNEB – Campus VII – Senhor do Bonfim**

Abstract: This work analyses the proposal for the extension curricularization presented in the Pedagogical Project of Pedagogy Course (PPC) of the University of Bahia State (UNEB), Campus VII, Senhor do Bonfim - Bahia. Considering experiences constructed since the beginning of the PPC implementation, in 2021, this text pointed out the main challenges faced by teachers and students trying to consolidate a formative perspective that weighs teaching, research and extension as indivisible dimensions in the academic formation process. Moreover, some propositions are indicated to overcome the challenges that have been found in the process of curricularization of extension, pointing out alternatives to be institutionally organized in order to ensure the unrestricted participation of individuals who are supposed to engage in the projects, activities and actions related to teaching, research and extension in the university.

Keywords: curricularization of extension; university extension; academic formation.

ENSEÑANZA, INVESTIGACIÓN Y LOS DESAFÍOS DE LA CURRICULARIZACIÓN DE LA EXTENSIÓN: **un análisis propositivo desde el PPC de Pedagogía de la UNEB – Campus VII – Señor de Bonfim**

Resumen: El presente trabajo busca analizar la propuesta de curricularización de la extensión en el Proyecto Pedagógico de Curso (PPC) de la licenciatura en Pedagogía del Departamento de Educación del Campus VII, Señor de Bonfim, de la Universidad del Estado de Bahía (UNEB). Considerando las experiencias construidas desde el inicio de la implantación del PCC, en el año 2021, son apuntados los principales desafíos encontrados por los docentes y estudiantes en el proceso de consolidación de una propuesta formativa que considera la enseñanza, la investigación y la extensión como dimensiones indisolubles en el proceso de formación académica. Por otro lado, también son señaladas propuestas para superar los desafíos hasta entonces encontrados en el proceso de curricularización de la extensión, sugiriendo caminos a ser construidos institucionalmente para garantizar la participación plena de los sujetos en los proyectos, actividades y acciones que involucran la enseñanza, la investigación y la extensión.

Palabras clave: Curricularización de la extensión; extensión universitaria; formación académica.

SOBRE A AUTORA

Ivânia Paula Freitas de Souza Sena

Professora Ajunta da Universidade do Estado da Bahia- UNEB. Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Especialista em Gestão Pública Contemporânea e graduada em pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia na qual é Pós-doutoranda em Educação pela Programa de Pós-graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares da Universidade de Pernambuco. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6834-8842>. E-mail: ipsouza@uneb.br.

Referências

CALDART, Roseli Salete. **Sobre as tarifas educativas da escola e a atualidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

FÉLIX, Cláudio Eduardo; MOREIRA, Romilson do Carmo; SANTOS, Cláudio Rodrigues. Pistrak e o sistema do complexo na escola do trabalho. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, n. 3, p. 211-230, 2007.

KRUPYSCAYA, Nadezheda Konstantinovna. **A construção da pedagogia socialista**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

PISTRAK, Mosey Mikhaylovich. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2007.

UNEB. Universidade do Estado da Bahia. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Departamento de Educação, Campus VII. Colegiado de Pedagogia. Senhor do Bonfim: UNEB, 2019.

VIANA, Marta Loula Dourado. **A relação teoria e prática na formação do licenciado em pedagogia: um estudo crítico da formação do professor reflexivo-pesquisador na proposta do curso de pedagogia da UNEB**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão - SE, 2011.

The Creative Commons License in Revista InterMeio

CC BY-NC-SA: This license allows reusers to distribute, remix, adapt, and build upon the material in any medium or format for non-commercial purposes only, and only so long as attribution is given to the creator. If you remix, adapt or build upon the material, you must license the modified material under identical terms.

CC BY-NC-SA includes the following elements: • BY: Credit must be given to the creator; • NC: Only noncommercial uses of the work are permitted; • SA: Adaptations must be shared under the same terms.